

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 537.356 - GO (2019/0297508-2)

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PUBLICA DO ESTADO DE GOIAS
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : TIAGO CRUZ SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

O paciente alega sofrer constrangimento ilegal em decorrência de acórdão prolatado pelo Tribunal *a quo* no Habeas Corpus n. 5517900-61.2019.8.09.0000, em que **foi mantida sua prisão preventiva**.

Cautelarmente segregado desde 24/8/2019 "pelas supostas práticas lesão corporal no âmbito da violência doméstica, resistência à prisão e desacato" (fl. 44), **requer a revogação da medida cautelar máxima**, porquanto a audiência de custódia teria sido realizada sem a presença do custodiado, bem como não estariam presentes os requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal.

Decido.

Não há dúvidas de que o deferimento da medida cautelar é excepcional, cabível apenas em hipóteses de flagrante ilegalidade e em que evidenciados o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*.

Da análise dos autos, ao menos em um juízo de cognição sumária, **não vislumbro** manifesto constrangimento ilegal a ensejar o deferimento da medida de urgência.

Primeiramente, urge consignar que a jurisprudência desta Corte Superior assinala firmemente que sequer a ausência de realização de audiência de custódia **configura ilegalidade a ponto de invalidar o decreto prisional. É que a prisão preventiva é título autônomo de segregação cautelar, normatizado pelos arts. 312 e 313 do Código de Processo Penal, cujos fundamentos e requisitos não dependem da prática da referida audiência.**

Como a prisão em flagrante – título precário, de feição administrativa – deixou de existir com a custódia preventiva, eventual

Superior Tribunal de Justiça

ilegalidade ocorrida no flagrante ou na audiência de custódia **não tem o condão de contaminar o decreto construtivo provisório posterior.**

Ademais, em relação aos fundamentos da custódia cautelar, urge consignar que o Juízo singular, ao impor a medida cautelar máxima, **apontou a gravidade em concreto da conduta delitiva**, porquanto "a vítima foi ferida na cabeça com golpe de instrumento conhecido como arma branca, e que o autuado estava bastante agressivo durante o fato. [...] a viatura do SAMU, que estava atendendo a vítima com um corte na cabeça e sangrando, ocasião em que a vítima informou que foi agredida pelo ex-genro de nome Tiago, e que ele estaria brigando com outras pessoas portando facão" (fls. 38-40, grifei).

À vista do exposto, **não concedo a medida liminar.**

Solicitem-se informações ao Juízo de primeiro grau - a quem se encarece relato sobre o andamento do feito e sobre a persistência dos motivos da cautela adotada - e à autoridade inquinada coatora sobre os fatos alegados na inicial.

Prestadas as informações, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal para parecer.

Publique-se e intimem-se.

Brasília (DF), 07 de outubro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**